

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM ITAREMA – CEARÁ

Maria Gilvânia Santos¹
Marize Luciano Vital M. de Oliveira²

RESUMO

Este artigo é fruto de pesquisa realizada no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará em 2011. O objeto de estudo foi a comunidade Tremembé, em Almofala, no município de Itarema (CE). Tais povos resistem e sobrevivem no estado do Ceará desde o século XIII. Nosso objetivo foi buscar compreender o processo de ocupação e reorganização territorial desses povos, permitindo conhecer as vivências da comunidade em seus aspectos culturais, econômicos e naturais. A história dos índios Tremembé ofereceu resistência à invasão europeia, com toda adversidade, visto que tudo se fez e se faz para exterminá-los, oferecem força e coragem para lutar pelo que dizem ser seu – o direito à terra. Manter e lutar por sua identidade com o lugar, estabelecida ao longo de anos – onde viveram seus antepassados. Adotou-se uma abordagem histórica e geográfica qualitativa através das entrevistas orais, considerando as possibilidades e limitações dessa metodologia, realizando pesquisas bibliográficas e elaborando questionários, no sentido de entender teoria e prática da realidade Tremembé evidenciada na forma de viver em comunidade, na singularidade dos aspectos naturais e culturais e principalmente mantendo-se aguçadas as disputas territoriais, sendo a demarcação de terras um fato ainda não solucionado. Palavras-chave: Território. Resistência. Índios Tremembé.

ABSTRACT

THE TERRITORIALIZATION OF TREMEMBÉ INDIANS: CONFLICTS AND RESISTANCE IN ITAREMA - CEARÁ

This article is based on a research done during the Degree in Geography, at the Universidade Estadual do Ceará – UECE, in 2011. The object of study was the Tremembé community in Almofala, in Itarema county (EC). Such people endure and survive in Ceará since the thirteenth century. Our objective was to understand the process of

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). gilvania29@hotmail.com

² Professora adjunta do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral(CE). marizevital@gmail.com

occupation and territorial reorganization of these people, allowing to know the experiences of the community in its cultural, economic and natural aspects. History says that Tremembé Indians offered resistance to European invasion. Despite all adversity, where everything was done to exterminate them, they revealed strength and courage to fight for the land they claim to be theirs. Indeed, the tremembés fought to keep their identity to the place where they live through generations. A qualitative approach to history and geography was adopted through oral interviews, even considering the possibilities and limitations of this methodology. Literature searches and questionnaires were used in order to understand the theory and empirical reality Tremembé evidenced in the form of communal living, the uniqueness of natural and cultural aspects. Keeping in evidence territorial disputes and the reality that the land demarcation is a fact not resolved yet.

Keywords: Territory. Resistance. Tremembé indians.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade indígena Tremembé, localizada no município de Itarema, no distrito de Almofala, foi um dos primeiros povos a ocupar a costa do litoral do estado do Ceará, no século XIII (POMPEU SOBRINHO, 1951). Em resgate à história desses povos, identificaram-se como principais atividades e práticas a agricultura de subsistência, a caça, pescarias e a colheita de frutos, com as festas em épocas de safra.

Atualmente os índios Tremembé conservam a sua etnia, por meio da resistência de seus descendentes. Porém, nas últimas décadas a territorialização indígena provocou discórdia entre os povos indígenas e não indígenas, motivadas pela posse de terras, e conforme Saquet (2003), estão relacionadas às relações de poder no espaço territorial. Essa intensificação pela posse da terra está intimamente ligada ao desgaste da natureza ocasionada pela exploração excessiva e inadequada do rio, da terra, da água potável, do mar, das espécies marinhas, ocasionado a escassez da natureza, antes tão farta.

Entender como se dá a organização territorial dos índios Tremembé, no município de Itarema, montando os caminhos e descaminhos percorridos pela etnia Tremembé é conhecer, discutir e analisar o processo de ocupação e reorganização territorial dos mesmos, considerando as dimensões cultural e ambiental, por meio da posse da terra. Para tanto, buscou-se identificar na comunidade Tremembé seus modos de vida, suas necessidades de subsistência e as relações sociais estabelecidas dentro da comunidade, abordando as lutas e disputas territoriais, através do processo de demarcação da terra; impulsionando a reflexão sobre as divergências culturais (brancos-índios) e as diferentes relações sociedade-natureza que se estabelecem.

Como procedimento metodológico, adotou-se uma abordagem histórica e geográfica qualitativa através das entrevistas orais, considerando as possibilidades e limitações dessa metodologia, realizando pesquisas bibliográficas e elaborando questionários que pudessem nortear a pesquisa, no sentido de entender os conceitos que cercam a etnia Tremembé, tais como o conceito de território, que "[...] para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". (HAESBAERT, 2005 p. 67), podendo ser estudado e aprofundado pelos geógrafos a partir das disputas territoriais. Nesse sentido foram importantes as contribuições teóricas de Haesbaert (2005), Pinheiro (2002), Geertz (1998), Saquet (2003), Stuard Filho (1963) e Darcy Ribeiro (2006); este último contribui ao dizer que os "índios e brasileiros se opõem como alternos étnicos em um conflito irreductível, que jamais dá lugar a uma fusão [...]". Assim, os grupos indígenas dão continuidade a sua própria tradição, perpetuando sua cultura através do convívio entre as gerações, [...] persevera-se a identificação étnica, qualquer que seja o grau de pressão assimiladora que experimente [...]" (RIBEIRO, 2006, p. 101).

Com um olhar cuidadoso sobre a etnia Tremembé percebeu-se que para analisar as relações, vivências e participações daqueles que constituem uma comunidade indígena se faz necessário o envolvimento com ela, através da pesquisa de campo. André (1995, p.18) nos diz: "[...] é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações sociais que ocorrem em sua vida diária". Assim, verificaram-se questões relevantes do desenvolvimento da vida coletiva atual dos indígenas inseridos em uma sociedade capitalista.

Na escolha dos entrevistados levou-se em conta o tipo de pesquisa, a acessibilidade às lideranças da população indígena, a disponibilidade ou não de ter os elementos da população, a representatividade desejada ou necessária, a oportunidade apresentada pela ocorrência de fatos ou eventos, a disponibilidade de tempo, recursos humanos, dentre outros.

O período da pesquisa e construção da mesma possibilitou o contato com os índios Tremembé do município de Itarema, enfocando a comunidade de Almofala, sendo a Escola diferenciada Maria Venâncio, da comunidade indígena Tremembé, o "ponto de encontro" frequentado ao chegar à comunidade tribal e local onde se realizavam as nossas reuniões.

Assim, este artigo possibilitou resgatar o processo histórico de ocupação territorial dos índios Tremembé em terras hoje reconhecidas como município de Itarema; conhecer as comunidades indígenas dos povos Tremembé, instigando uma maior compreensão da realidade local: como vivem; quais as relações sociais que se estabelecem; como satisfazem suas necessidades (alimentos, abastecimento de água, educação e saúde); relação com o meio ambiente; a utilização da natureza; a atividade produtiva; a cultura; a memória do povos indígenas; a instituição escolar da comunidade em seus aspectos físicos, filosóficos, educacional e cultural; detectar as lutas e resistências; discutir os resultados das disputas territoriais; refletir sobre as divergências culturais (brancos-índios e índios-índios) e as relações diferenciadas entre a sociedade e natureza estabelecidos.

2 A HISTÓRICA OCUPAÇÃO DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ EM ITAREMA – CEARÁ

As grandes navegações do século XVI culminaram com a chegada dos colonizadores europeus ao Brasil, desencadeando a escravidão dos povos nativos, tendo como foco principal a “descoberta” de novas terras, com o intuito de fortalecer os impérios com as atividades comerciais do Oceano Atlântico. O litoral nordestino, com a chegada desses invasores europeus, tornou-se alvo de intensa cobiça e à medida que avançavam seus domínios, o interesse pelas terras invadidas se tornava maior.

Durante o período colonial (séculos XVI e XVII), o açúcar, conhecido como “ouro branco”, tornou-se muito importante para o comércio europeu. Assim, o cultivo da cana-de-açúcar representava um alto empreendimento da colônia portuguesa, favorecendo a cobiça dos holandeses e franceses que passariam a disputar a posse do território brasileiro, aproveitando-se do solo e clima favoráveis, pois “[...] a cana-de-açúcar só necessitava de terras tropicais férteis e frescas [...]” (RIBEIRO, 2006 p. 249); Portugal iniciou a exploração de cana-de-açúcar no Brasil. Ribeiro (2006) esclarece:

O engenho açucareiro, primeira forma de grande empresa agroindustrial exportadora, foi, há um tempo, o instrumento de viabilização do empreendimento colonial português e a matriz do primeiro modo de ser dos brasileiros. Sem ele, naquela época, seria inimaginável a ocupação europeia de uma vasta área tropical, sem riquezas minerais por descobrir, habitada por indígenas que apenas lograram construir culturas agrícolas e que não constituíam uma força de trabalho facilmente disciplinável e explorável. (RIBEIRO, 2006, p. 249).

Enquanto no litoral destacava-se a cana-de-açúcar, no sertão expandia-se a pecuária por grandes extensões territoriais. Europeus tentaram dominar e sucumbir os indígenas com o objetivo de explorar a mão-de-obra e ampliar o mercado agropecuário.

A história relata como os portugueses, ao chegarem ao Brasil, ficaram assustados com a forma de vida dos nativos: a maneira como se vestiam, comiam, dormiam e os descuidos com a lavoura, o que inspirava a imposição do modo de vida europeu. As civilizações indígenas existentes em território brasileiro estavam divididas em vários grupos, apresentando diferentes estágios de desenvolvimento, sendo essa uma das justificativas dos colonizadores para a catequização dos povos indígenas.

Surgiam os conflitos entre os povos indígenas, que utilizavam a ocupação da terra como fonte de sobrevivência, e os colonizadores, desejosos em extrair riquezas dessas terras. Os índios já viviam no Brasil, ao longo das praias brasileiras, quando em 1500 chegaram "[...] os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto [...]" (RIBEIRO, 2006, p.39). Nesse cenário encontravam-se [...] os índios, vestidos da nudez emplumada, esplêndidos de vigor e de beleza, tapando as ventas contra a pestilência, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar. (RIBEIRO, 2006, p.39-40). Iniciava-se então, a invasão de seus territórios pelos colonizadores e a resistência dos povos indígenas, cada grupo movido por interesses territoriais diferenciados. Conta-nos Pinheiro (2002):

[...] o território tinha significado diferenciado para os povos indígenas e para os colonos. Para esses últimos, a terra era sobretudo um meio de produção, enquanto que para os povos indígenas, além de ser um dos meios que lhes garantia a sobrevivência, o território constituía-se em um valor simbólico, através da qual se defendia a própria identidade (PINHEIRO 2002, p.18).

O território sempre foi algo buscado pelos homens, como expressam as guerras antigas por terras e as disputas por espaços, mediadas pelas relações de poder, conforme nos diz Saquet (2005, p. 144): o território “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]”. Haesbaert (2005), fazendo referência ao território diz:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrotizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2005 p. 6774).

Ressalta-se que os povos indígenas mantêm uma relação simbólica com o território, através da identificação positiva inspirada pela sua efetiva relação com os costumes e crenças, tentando manter a apropriação de seu território é que muitos povos indígenas ainda sobrevivem. Apesar do grande extermínio desses nativos brasileiros, ainda há representações indígenas no litoral cearense, convivendo com a exploração e perseguição às comunidades indígenas. Os conflitos atuais estão arrolados ao modo de produção capitalista, que busca reproduzir-se por meio da terra voltada para o turismo, pesca predatória e, em larga escala, especulação imobiliária e muitos outros interesses que norteiam e encorajam a ambição capitalista.

Nesse embate, segundo a historiografia, os índios Tremembé são oriundos do litoral piauiense, maranhense e cearense, ocupando essas regiões desde o século XIII até o final do século XVII. Como nos relata Pompeu Sobrinho (1951), os Tremembé habitavam as praias e os estuários cobertos de mangues dos rios do Nordeste do Brasil e a costa dos atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará. De acordo com Studart Filho (1963 p.164-165), "A esse tempo, vagavam eles pelo litoral em grupos pouco numerosos que nada tinham, porém, perdido de sua inata fereza". Eram pescadores e caçadores nômades, viviam em pequenos grupos pelo litoral, abrigando-se em pequenas choupanas pouco elaboradas.

Nessa situação, em 1702 os índios Tremembé foram deslocados para próximo à barra do rio Aracati Mirim, onde posteriormente, com o intuito de catequizar os índios, deu-se início

em 1712 à construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, projetada pelos colonizadores, objetivando estabelecer o cristianismo aos colonizados, uma demonstração do processo de colonização a que os índios Tremembé foram submetidos, dando origem ao surgimento dos aldeamentos, que são evidências de que o "lugar" é habitado pelos índios Tremembé há mais de dois séculos. Dessa forma, o espaço foi sendo construído e marcado pela ação dos colonizadores e submissão dos indígenas, hoje habitado por seus descendentes aculturados, mas possuindo direitos territoriais sobre as terras que habitam.

Em 1766, o aldeamento do Aracati Mirim transformou-se em Almofala, devido à política pombalina que pregava a "desindianização" dos aldeamentos. Desindianizar, segundo Darcy Ribeiro (2006, p. 131) significa "[...] a ruptura das relações da velha transmissão de pais a filhos [...]", enfraquecendo os costumes étnicos dos povos indígenas, uma vez que desde 1758 uma ordem régia determinava a transformação dos aldeamentos comandados por jesuítas em vilas, apesar de não ser o caso de Almofala, que era dirigido por padres seculares. Só em 12 de setembro de 1766 o local é transformado em freguesia.

A história mais importante de Almofala e que os Tremembé ajudaram a construir foi o soterramento da capela de Nossa Senhora da Conceição em 1897, provocada por fenômenos naturais de deslocamento de uma duna móvel³ de grandes proporções. Os fatos aconteceram conforme nos esclarece Souza (1983, p.40): "em Almofala havia apenas a igreja e algumas casas ao redor, o vento soprava com a mesma intensidade e direção de sempre, só que desta vez deslocava uma duna situada a leste da igreja". Encoberta também ficou a história desse pequeno lugar durante todo esse período, que durou aproximadamente 40 anos. Os índios, juntamente com os outros moradores, participaram ativamente da retirada da areia sobre a igreja.

Atualmente, existem povos indígenas Tremembé em Fortaleza, capital do Ceará, Itaipoca e Acaraú. Porém, há uma numerosa representatividade da etnia Tremembé habitando o município de Itarema, no litoral do estado do Ceará, compreendendo três núcleos localizados e distribuídos no município de Itarema, em diferentes situações geográficas: Almofala, (objeto de estudo), na área litorânea, à esquerda do rio Aracati Mirim: aldeias Barro Vermelho, Lameirão, Panã, Praia, Camboa da Lama, Mangue Alto, Aningas do Mulato, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Curral do Peixe, Urubu e Boa Vista; Varjota, à margem direita do rio: constituída por três núcleos: o Córrego do Amaro, o Córrego Preto e a Varjota propriamente dita, onde ficam localizadas as respectivas aldeias Tapera, Batedeira, Praia do Caboré, e Camondongo; Córrego do João Pereira, no interior do município de Itarema: aldeias São José, Capim Açú e Cajazeiras (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA, 2007).

3 A ORGANIZAÇÃO TREMEMBÉ NA ATUALIDADE: DESAFIOS E CONQUISTAS INSERIDOS NO MODO DE VIDA INDÍGENA

Os índios Tremembé eram nômades, permaneceram até o final do século XVII, quando foram aldeados pelos jesuítas. Mesmo com toda adversidade, onde tudo se fez e se faz para exterminá-los, eles ainda oferecem resistência para lutar pelo que dizem ser seu - o direito a terra.

Segundo Aragão (1994), a preferência pela orla marítima se justifica pela abundância de pescados, facilitando sua sobrevivência em territórios costeiros. Tinham habilidade para a caça, o que completava a alimentação, utilizando arcos, machados de pedras, lanças com ponteiros de dente de tubarão, e cães para a caça e perseguição a tribos inimigas, destacando-se a luta contra outros povos indígenas e resistência aos brancos portugueses e holandeses nas guerras travadas no período colonial. Tempos em que harmonia e fraternidade imperavam na comunidade Tremembé, onde os indígenas eram desprendidos e desprovidos de bens materiais individuais, repartindo e coletivizando a caça, a pesca e a coleta de alimentos.

A ocupação indígena cearense se deu por meio de um domínio cultural exercido pelos padres jesuítas. Os missionários iniciaram a empreitada ao realizar a catequese, sendo que o papel dos padres era educar, catequizar e aldear os nativos, sendo necessário que os indígenas passas-

³ Brandão (1995) caracteriza as dunas móveis pela ausência de vegetação e ocorrem geralmente próximas da linha da costa, onde a ação do vento é mais intensa.

sem por um processo de transposição cultural, em que os índios aldeados tinham que abandonar seus modos de vida e adentrar a cultura dos colonizadores. Essa ação buscava mortificar o mundo índio e os seus modos de viver, para a implantação de uma cultura invasora.

Todavia, é importante mencionar que esse processo culminou com a difusão da aculturação nos aldeamentos, através da transmissão de técnicas artesanais difundidas pelos missionários, haja vista que os jesuítas não possuíam somente conhecimentos religiosos, de regras, tinham domínio de atividades humanas, que requeriam destrezas manuais, como serviços de carpinteiro e pedreiro, criação de animais domésticos, cultivo de novas espécies. Assim, "[...] as ordens religiosas aceitaram, sem resistência, o papel de amansadoras de índios para a sua incorporação na força de trabalho ou nas expedições armadas da colônia. [...]" (RIBEIRO, 2006, p.49). Dessa forma, os colonizadores os treinavam tentando torná-los adaptados para a construção de modelos europeus em terras "descobertas". (RIBEIRO, 2006).

De fato, diante do processo de colonização surgiram conflitos intensos entre os jesuítas e colonizadores, pois cada um defendia seu ponto de vista referente aos aborígenes. De um lado a missão religiosa e do outro a escravidão. É válido lembrar que nem sempre o massacre étnico causado pela invasão, seja dos povos europeus (na época da colonização) ou dos capitalistas atuais, consegue disseminar algo tão forte, que persiste ao longo dos anos e séculos; isso é comprovado através dos modos de viver estabelecidos dentro das aldeias contemporâneas, com as quais mantém até hoje forte ligação efetiva. Os Tremembé ainda hoje travam uma luta pela demarcação do seu território.

Martins (1988, p. 36) contribui ao dizer que "a condição de índio está inteiramente vinculada à definição do território", pois é no território e através da identidade e relação com seus costumes e crenças que os mesmos se reafirmam como indígenas, tendo raízes fortes e frondosas nos seus legatários, conseguindo resistir e se reafirmando no modo de viver dos seus descendentes indígenas. Mesmo o contato mais intenso com outras culturas, como internet e a televisão, ocorrendo assim a diversidade cultural, não significa dizer que os índios estão perdendo suas identidades, por estarem adquirindo novos aprendizados; apenas estão se adaptando aos tempos modernos, uma vez que com um nível de aculturação muito acentuado, ainda mantém hábitos e costumes condizentes com os seus antepassados.

Os Tremembé, na atualidade, mantêm um modo de vida simples, e sua sobrevivência está baseada em atividades voltadas para o sustento da família, vendendo o seu excedente, caracterizando-se a pesca e agricultura, plantando mandioca, milho e feijão em pequenos roçados próximos às moradias, como as principais fontes de trabalho dos índios. A criação de animais, aves e a produção artesanal de traçados, cerâmica, tecelagem e bijuterias complementam a renda familiar.

O índio Tremembé precisa dessa diversidade para que ele possa extrair da terra o seu sustento, bem como de sua família. Segundo Martins (1988, p.37) "a terra não é simplesmente um instrumento econômico. Ela aparece em primeiro lugar como condição de vida, como meio de reprodução social." Assim, a terra representa fonte de subsistência para a comunidade Tremembé, que sobrevive da coleta de frutos nativos e plantados, da caça (embora algumas espécies estejam em processo de extinção), da pesca (reduzida pela pesca predatória), da produção agrícola de subsistência, tais como a roça da mandioca, utilizada principalmente para a fabricação de farinha, e o caju, por meio do qual produzem o mocororó, bebida considerada sagrada na etnia Tremembé. Na época do seu florescer representa a festa na comunidade, festejada com a dança do Torém.

Essa dança é mantida pelos Tremembé de Almofala, por exemplo, reunindo as pessoas vistas como descendentes diretos dos índios. O Torém compreende a uma "[...] dança imitativa, pantomímica, que procede, sem dúvida, dos indígenas, que ali pertenciam à nação Tremembé" (SERAINÉ, 1950, p. 11). Considerada como uma das formas sociais de aglutinação e de organização dos antigos Tremembé, somente na década de 1970 é que o Instituto Nacional de Folclore, potencializa a dança do Torém, através de um levantamento das manifestações culturais do estado do Ceará.

A valorização cultural dos povos Tremembé está expressa também no artesanato, utilizando-se das riquezas naturais da região para a confecção de cipó, tucum, esteiras, criam pulseiras, colares, brincos, além de outros objetos utilitários são tidos como outra fonte de renda local. Nesse sentido, a importância das dimensões econômicas atrelada muitas vezes às dimensões ambientais é cada vez mais visível nas ciências geográficas, devido à relevância e perspectivas que ambas possuem.

Os Tremembé, primeiros habitantes do município de Itarema, contribuíram de forma significativa para a formação e enriquecimento de nossa história. Por isso, devem ser respeitados pela a sua contribuição para a construção de Itarema enquanto lugar socialmente construído e reconstruído com a participação ativa de tal etnia.

Os índios são vistos de forma preconceituosa e idealizada, partindo muitas vezes dos povos não índios que convivem diretamente com os povos indígenas, como as populações rurais, acarretando algumas dificuldades de relacionamento entre os mesmos, uma vez que ambos disputam os benefícios produzidos na terra, através da agricultura, como: caju, coco, mandioca, milho, feijão entre outros ou a própria posse do território, por isso muitos tremembés são tachados como "ladrões", "traçoeiros", "preguiçosos" e "bebarrões", adjetivos que buscam desqualificá-los. Procuram justificar, dessa forma, as ações contra os índios e a invasão de seus territórios.

A sociedade capitalista é marcada pelos conflitos provocados, em grande parte, pela dificuldade de compreensão e respeito às diferenças sociais, abarcando as dimensões econômicas e culturais, pois luta-se para ser livres, para defender os pontos de vistas, onde muitas vezes as ideias de alguns grupos sociais não são aceitas, provocando um problemas e motivos para perseguições, não procurando um diálogo, através da cultura da paz, para buscar solucionar o problema e assim tentar viver em harmonia com o meio social em que está inserido.

Apesar, de todos os prognósticos os índios Tremembé ainda mantêm ativos seus hábitos culturais deixados por seus antepassados. Embora ainda não tenha sua terra toda demarcada, o índio Tremembé não deixou de praticar a agricultura. Muitas vezes, para que possam plantar, é necessário pedir permissão aos posseiros para plantarem em terras que tradicionalmente são suas, um legado deixado por seus antepassados. É nessa diversidade social que esses atores sociais passam por inúmeros percalços. No entanto, buscam alternativas de sobrevivência enraizadas nos seus grupos antepassados, referindo-se ao ambiente como algo pertinente a todos, tendo o cuidado de manter relações harmônicas entre as atividades econômicas da comunidade e atitudes de preservação e conservação ao que lhes foi conquistado historicamente.

4 LUTAS E DISPUTAS TERRITORIAIS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A mesma insubmissão dos índios Tremembé e a busca pelo resgate de seus territórios invadidos em outras épocas pelos colonizadores europeus resiste aos tempos atuais, entretanto, os "inimigos de luta" são outros, caracterizados por moradores não índios: posseiros, latifundiários e empresas.

Ao longo do tempo travou-se a luta do povo Tremembé em reconquistar seu território, perdido em 1854, quando dos índios fora excluído o direito à terra pela regulamentação da Lei da Terra (lei 601, de 18.09.1850), declarados não existentes por José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, então governador da província do Ceará. Apenas nas décadas de 1980 e 1990, os Tremembé ressurgem na história cearense, quando são reconhecidos judicialmente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma das conquistas realizadas pelos povos Tremembé, fortalecendo e amadurecendo suas etnias e seus ideais na luta pelo território, que já é seu por direito, relatado pela história. Pinheiro (2002) comenta que a terra representa um valor diferenciado para os índios.

A terra, para os povos indígenas, não era vista como meio de produção, na perspectiva mercantil; ao contrário, deveria ser o espaço da liberdade e da possibilidade de viver sem serem constrangidos pelos brancos. [...] Nela percebe-se o que justifica a posse da terra é a referência à ancestralidade. A solicitação foi feita de forma coletiva e não faz qualquer menção à geração de lucro ou coisa

do gênero. Ao contrário, foi solicitada para garantir a sobrevivência do grupo indígena sem ser incomodado pelos brancos (PINHEIRO 2002, p.24).

Atualmente, os Tremembé devem ser considerados a partir de três territorializações distintas, mas que são relacionais, sobretudo desde a década de 1980, destacando-se pelas formas históricas de mobilização social, étnica e política que possuem relativas particularidades. É incabível, portanto, definir um modelo único e exclusivo de organização social e tendo em vista os modos societários indígenas, mesmo todos estando envolvidos pela sociedade capitalista. As particularidades estabelecidas dentro de cada territorialização Tremembé correspondem ao diferencial entre uma comunidade e outra, todavia os valores, costumes e crenças são vivenciados e conduzidos para a busca da demarcação de seus territórios.

5 OS TREMEMBÉ DA TAPERA E VARJOTA

Os Tremembé da Tapera e Varjota localizam-se na margem direita do rio Aracati Mirim. Essa área é conhecida como Tapera, apesar do amplo número de subdivisões geográficas. No passado, seus moradores mantinham relações de patronagem e clientela com os donos das fazendas limítrofes da “Terra do Aldeamento”. No fim da década de 1970, muitas das fazendas foram adquiridas por empresas agroindustriais voltadas ao plantio de coqueiro. Segundo Valle (2005), muitas famílias que viviam na região da Tapera e seus arredores foram despejados de suas terras por uma destas empresas, a Ducoco Agrícola S.A. Nesse período, os índios estavam privados das principais fontes de sustento, pois foram proibidos de caçar, pescar, criar animais e fazer suas plantações nos terrenos cercados pela Ducoco ou até mesmo de atravessar essa propriedade dita privada. A luta se deu em busca de assegurar a preservação das suas terras, tradicionalmente pertencentes aos seus antepassados.

No entanto, deve-se considerar que em uma área de 4.900 hectares, aproximadamente 30% do total encontra-se ocupada pela Ducoco, e não pode ser utilizada pela comunidade indígena. Todavia, a empresa usufruiu dos recursos naturais de forma intensa, chega a representar 10%⁴ da produção agrícola do município, que tem uma produção em torno de 12.500 ton/ano de coco. (Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos de Itarema).

Contudo, segundo Valle (2005), a partir década de 1970 foi muito difícil para os Tremembé devido aos acirrados conflitos provocados pela especulação imobiliária, exploração da força de trabalho indígena e da natureza. Porém, os descendentes indígenas ainda permanecem na região, esperando a demarcação das suas terras pelo órgão responsável – FUNAI.

Sobre o processo de demarcação da terra indígena ressalta-se que em Itarema encontra-se a primeira terra indígena demarcada⁵. Salienta-se que a luta dessa comunidade continua, desta vez pelo reconhecimento social, respeito às diferenças e garantia de seus direitos. Para os índios, ter sua terra demarcada não é somente um meio de sobrevivência para seu povo, mas representa também referência ao seu mundo simbólico. Segundo a Constituição Federal, artigo 231, capítulo 1º, através da terra os índios estabelecem relações “[...] necessárias a seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

6 OS TREMEMBÉ DO CÓRREGO DO JOÃO PEREIRA

O Córrego João Pereira está localizado a 18 km de Almofala e não fazia parte do antigo aldeamento dos Tremembé. Atualmente, essa localidade é formada por São José, Capim-açu, Cajazeiras e Telhas. Os primeiros habitantes do Córrego João Pereira fugiram da seca que assola-

⁴ O restante da produção agrícola corresponde aos latifundiários, empresários do município de Itarema.

⁵ O procedimento para regularização fundiária das terras indígenas tem as seguintes fases: 1- Em estudo (terra indígena em fase de estudos). 2 - Delimitada (terra indígena com relatório antropológico e limites aprovados pela FUNAI). 3 - Declarada (terra indígena com relatório antropológico e limites reconhecidos pelo Ministério da Justiça). 4 - Homologada (terra indígena com a demarcação homologada pela Presidência da República). 5 - Regularizada (terra indígena com registro no cartório de registro de imóveis e na Secretária de Patrimônio da União).

va Almofala em 1888, conhecida popularmente pelos indígenas desde os mais novos aos mais velhos, como "[...] seca dos três oitos, tia" (Indiozinho, 13 anos, Capim-açu)⁶. Esse grupo de índios viveu na região até a chegada de um imigrante italiano, Vicente Pongitori, que passou a dominar as terras para a criação de gado, na década de 1920. Os descendentes de Pongitori registraram a terra no cartório, mantendo os antigos descendentes de índios como moradores e obrigando-os a pagar renda e trabalhar nas roças do fazendeiro como empregados ou vaqueiros. Essa relação de "patronagem", segundo os Tremembé, pendurou até a década de 1980⁷.

Posteriormente, houve a desapropriação dessas terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e reintegração de posse aos índios e aos antigos vaqueiros e capangas do fazendeiro Pongitori. O cadastramento feito pelo INCRA não considerou a trajetória histórica dos atores e as divergências existentes entre eles ao longo de décadas. Assim, encontravam-se todos juntos num mesmo cenário sócioterritorial, marcado por lutas e desavenças entre povos índios e não índios. Iniciaram novos conflitos, dessa vez levantavam-se questões de origem étnica, questionando-se a veracidade em ser ou não índio, não abordadas nos anos anteriores. Os conflitos seguiram por caminhos sinuosos, perdurando ainda durante muitos anos. Uma missionária⁸ e defensora dos índios no Ceará afirma que os Tremembé do Córrego do João Pereira foram os primeiros povos que tiveram suas terras demarcadas e reconhecidas no estado do Ceará, considerando um avanço para a etnia Tremembé.

Para os Tremembé, a demarcação representa o retorno à "terra tirada". Significa o lugar de viver, criar os filhos, plantar, caçar e pescar; por isso não deve ser comprada nem vendida, representando um valor incomensurável para a etnia. Dessa forma, compete à União demarcá-las, proteger, para que os povos indígenas possam fazer sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

A terra indígena do Córrego João Pereira foi homologada em seis de maio de 2003, tornando-se a primeira área regularizada no Ceará, com uma extensão de 3.140 hectares, e na época contando com 72 famílias, localizado entre os municípios de Itarema e Acaraú, primeira área indígena demarcada pela Funai. Tal fato representa uma conquista do território constituído por um valor simbólico, representando os meios de sobrevivência para a etnia Tremembé.

7 OS TREMEMBÉ DE ALMOFALA: NOSSO OBJETO DE ESTUDO

Segundo Pompeu Sobrinho (1951), Almofala teria constituído o primeiro antigo aldeamento dos Tremembé, por isso ficou conhecida por "Terra da Santa" ou "Terra do Aldeamento", que os Tremembé afirmam ter sido concedida aos índios no passado. Os moradores de Almofala definem os índios como seres "diferentes", por isso os grupos indígenas sofrem discriminações. Os grandes proprietários rurais, com o desejo de conquistar as melhores terras, afirmam que na região "não existem índios".

É notório que o processo de expropriação das terras da comunidade Tremembé cresceu em Almofala, acentuando-se em 1980, devido à crescente valorização da área como produtora de lagosta e coco-da-baía, gerando crescimento comercial no período em que a região Nordeste passa a expandir sua produção para outras regiões do Brasil e até para o comércio exterior. Nesse contexto os conflitos permanecem motivados pela exploração da pesca, pelo uso da terra, especulações imobiliárias e turismo, entre outros.

Segundo Soja (1993), essa reestruturação do espaço significa uma ruptura das tendências seculares, uma mudança de direção para aquisição de uma nova configuração, resultando em mudanças na vida social, econômica e política de um lugar, assumindo assim uma nova maneira de organização e reorganização do espaço socialmente construído. Soja (1993, p. 193) compreende que a reestruturação demanda "[...] uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de reconstrução, de desconstrução e tentativas de reconstituição, provenientes de algumas

⁶ Entrevista realizada em julho de 2011, com índio tremembé da aldeia Capim-açu.

⁷ Entrevista realizada em julho de 2011, com índio tremembé do Córrego do João Pereira.

⁸ Entrevista realizada por telefone, em maio de 2011, com a missionária defensora da causa indígena no Ceará.

deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamentos e ação aceitos”. Todavia, a reestruturação espacial de Almofala se dá envolvida por conflitos entre os povos que as utilizam para a sobrevivência, como meio de produção lucrativa e como lugar de identidade, mantendo sua etnia viva, mesmo depois de muitos anos e a moderna produção econômica.

No processo de organização e reorganização das comunidades indígenas Tremembé, como coloca Ribeiro (1995, p. 119), “[...] investindo de seus atributos e vivendo segundo seus costumes, à condição de índios genéricos, cada vez mais aculturados, mas sempre índios em sua identificação étnica”, há uma intencionalidade clara, presente na tradição e na forma de vida para assegurar a legitimidade de suas conquistas perante a sociedade e de passá-las às gerações futuras, insistindo em continuar sendo índios, apesar dos prognósticos em contrário.

As questões pela conquista do território ressurgiram e se intensificaram, tendo em vista a valorização de mercado na localidade de Almofala, pois a mesma encontra-se em local propício para exploração comercial, em razão do seu potencial econômico. O território recebe as influências das políticas econômicas através do desenvolvimento regional ou local, muitas vezes exercendo atividades que culminam em efeitos negativos para o meio ambiente e aos seres que o habitam. Nessa perspectiva, segundo Méndez, (1997), de um lado o espaço exerce influência com os seus constituintes naturais e de infraestrutura, e por outro lado, o espaço que abriga uma atividade econômica também sofre repercussões tanto no nível territorial quanto no social. Porém limitar a vinculação entre economia e espaço a essa simples relação causa-efeito supõe um reducionismo que ignora parte substancial da realidade, ao convergir o território a um simples cenário inerte sobre o qual se instalam múltiplos elementos e processos. (MÉNDEZ, 1997, p. 4).

Ao contrário do que prega o atual modelo capitalista, na busca insaciável pelo poder e posses financeiras em excesso, percebe-se que os Tremembé de Almofala habitam pequenos lotes de terra de um ou dois hectares, com plantações de coqueiro, cultivo da terra para o próprio consumo e o de pequenos comerciantes da região. Nesse sentido, é relevante pensar na relação com o meio ambiente, pois torna-se adequado para a estabilidade local preservar áreas naturais, intitulado pela história, beleza do lugar e pela presença de descendentes de povos nativos indígenas da etnia Tremembé, que estabeleceram e criaram uma relação de identidade e harmonia com o lugar.

8 OS TREMEMBÉ: TERRITORIALIDADES, CULTURA E MEIO AMBIENTE

Ao refletir sobre o título do item acima no deparamos mais uma vez sobre o conceito de território colocado por Haesbaert (2005, p. 87), “[...] o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço”. Assim, a reflexão sobre as relações territoriais proporciona uma discussão acerca da amplitude que o problema proporciona conhecer. O espaço relacionado por Haesbaert (2005) [...] é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território, podendo ser dimensionado no ambiente que habitam e na luta pela posse da terra que, no seio na comunidade indígena Tremembé, é algo vigente desde várias décadas, expresso, por meio dos conflitos territoriais que transcorrem na comunidade de Almofala. Esse processo requer a atenção maior das políticas públicas, pois as questões territoriais em busca do direito de ter a posse da terra é motivo de discórdias e revoltas travadas entre os índios e posseiros.

Os índios veem a terra como bem coletivo, designada para satisfazer as necessidades imediatas dos que compõem a comunidade. Nesse sentido, o direito à utilização dos recursos naturais oferecidos é de todos. Assim, o território é uma construção social, e isso é expresso por meio do uso coletivo, da caça, da pesca, da agricultura, da colheita de frutos, festejadas pelos indígenas. A demarcação da terra asseguraria juridicamente a todos aos indígenas o usufruto das terras pertencentes aos mesmos historicamente. Em busca desse objetivo, os índios fazem menção ao seu direito territorial, por serem os primeiros habitantes da costa cearense.

Esse direito é garantido pela Constituição do Brasil de 1988, em seu artigo 231, reconhecendo aos índios o direito sobre as terras ocupadas tradicionalmente, terras essas utilizadas com suas atividades agrícolas e pesqueiras, recursos ambientais essenciais ao seu bem estar e às

necessidades de reprodução de sua cultura, tradições e costumes. Por outro lado, os latifundiários querem exercer o seu direito estabelecido, através da compra e venda do espaço fragmentado. Os mecanismos de expropriação territorial tornam-se mais evidentes segregando esses espaços.

No processo de territorialização, a posse pela terra, as relações de poder são elementos imprescindíveis. Para Haesbaert (2005, p. 6774), "Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação [...]".

A apropriação do território entre as comunidades indígenas se dá por meio das estreitas relações com a natureza, as atitudes de "camaradagem" e ao companheirismo expressos pelos povos que se organizam entre si. Fernandes (2005, p. 26) contribui ao dizer que "o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder". Assim, no cotidiano, os povos vão se territorializando a partir da produção e reprodução dos espaços habitados, através da reafirmação de sua identidade, por meio das práticas existentes no modo de vida em comunidade.

Portanto, qualquer concepção do conceito de território adotada esbarra no espaço socialmente construído e na relação estabelecida entre os indivíduos coletivamente. Nesse caso, ora política, ora cultural, ora econômica. É nas relações entre os atores sociais que se configuram os processos territoriais em questão, onde também ocorre a materialidade das relações sociais e de poder pelo território indígena.

O topônimo Itarema tem origem na língua tupi-guarani, significando ITA pedra e RE-MA, por sua vez, cheiro. Denominação proveniente da língua falada pelos índios Tremembé, originários de Almofala, povos que também deram origem à população itaremense. Almofala, situada a cerca de 12 km do território de Itarema, possuidora de belezas naturais em seu litoral, a sua peculiaridade reside nos fatos históricos ocorridos nesta região, marcada por intensos conflitos em termos de colonização e posse de terras, ficou conhecida nacionalmente, quando sua igreja ficou soterrada pelas dunas durante 45 anos.

Conta a história que a primeira igreja de Almofala foi construída às margens do rio Aracati-Mirim, pelo padre José Borges de Novais, que junto com os índios fez uma pequena capelinha de taipa e coberta de palha de coqueiros. Posteriormente, a igreja passou por reformas e foi construída uma igreja com madeira, telhas e tijolos. O povoado de Almofala começou a ser soterrado em 1897 por uma duna e este soterramento foi ocorrendo lentamente ao longo dos anos. Aos poucos, os moradores e os índios começaram a retirar as suas casas para outros locais, enquanto a areia cobria todo o povoado, inclusive a igreja.

Depois de 45 anos soterrada, encoberta pelas dunas, os descendentes dos Tremembé, junto ao povo, resolveram retirar a areia, utilizando cuias, latas, panelas, pás e enxadas (José de Fátima, historiador), até que em 1944 a igreja já estava pronta para recomeçar a funcionar, conseguindo preservar suas características originais na parte externa. Sobre a história da construção da igreja de Almofala e sua importância dentro da comunidade, o representante indígena contribuiu ao dizer que

Sim, porque a igreja de Almofala é um símbolo de originalidade do povo Tremembé, vocês sabem que aquela igreja né, foi uma troca que foi feito com a rainha majestade que botou aquele símbolo alí em Almofala em homenagem ao povo Tremembé, hoje não dá mais, mas o símbolo daquela igreja ela representa um gleba de terra que fica da igreja pra lagoa do Luiz de barro que é subindo, uma gleba da igreja pra lagoa do Moreira, uma gleba da igreja pro São Gabriel é uma gleba da igreja pro mar, que hoje não dá mais porque o mar tem avançado muito, tem "comido" muito, mais anteriormente, antigamente ela dava, hoje não dá mais, devido os avanços, então ela retrata uma originalidade muito forte porque ela não só pertence aos Tremembé, como ela é de fato do povo Tremembé (João Venâncio, abril de 2011).

As palavras do representante indígena Tremembé evidenciam a identidade estabelecida no território, por meio da simbologia dos índios com a igreja, e a mesma constitui um marco que orienta os limites geográficos do seu território. Nesse contexto, a cultura e a identidade com o lugar são construídas por meio de experiências adquiridas ao longo dos anos, pois o lugar é o espaço em que são estabelecidas relações de identidade, afetividade, singularidade, sentimentos de pertença e individualidade. Partindo dessas relações, os índios lutam para garantir a demarcação de suas terras, por meio do fortalecimento dos laços culturais; como por exemplo, as lendas, a culinária, artesanato, festas, a religião e a dança do Torém, para manter vivas as tradições deixadas pelos ancestrais, que também habitaram o lugar hoje denominado Almofala. Para os Tremembé as manifestações culturais, o artesanato, a culinária

[...] fazem parte de uma originalidade do povo nativo Tremembé de Almofala, né? Vocês sabem, que todos os povos indígenas eles tem o seu momento né de festejos em homenagem a sua cultura e também em homenagem a nosso pai Tupã, que é o nosso Deus conhecido. (João Venâncio, entrevistado, abril de 2011).

A identidade com o lugar é perceptível nos depoimentos dos indígenas, nos quais os mesmos acabam confundindo sua própria história com a história do lugar, devido ao sentimento de vínculo que possuem com o seu território, em referência à identidade com o lugar, requerendo valores significativos. Almofala é uma importante comunidade pesqueira do Ceará, cheia de lendas e magia. A população é formada principalmente por descendentes dos índios Tremembé, que vivem da pesca artesanal. O rio Aracati Mirim e a praia possuem grande importância para a comunidade indígena Tremembé, os mesmos chamados, inclusive, de sagrados, tendo em vista a importância para a alimentação da comunidade, bem como sua reação com atividade econômica voltada ao sustento.

[...] do rio, do mar é de onde a gente tira a sobrevivência para sobreviver: alimentação, né? Enfim uma série de coisas que a gente pra viver sobrevive e precisa do santo mar e precisa também do santo rio, né pra gente sobreviver sem eles ninguém consegue sobreviver, porque pra gente é uma fonte de renda também muito grande que nós temos no nosso aldeamento. (João Venâncio, abril de 2011).

O povo indígena Tremembé é caracterizado por expressar espírito guerreiro de luta pelos seus ideais, desde a época da colonização do Brasil; representa, em Itarema, cerca de 3 mil índios, ou seja, de pessoas que se declaram indígenas (FUNAI). Nesse contexto, estes vêm mantendo suas origens, baseados nos povos antepassados, expressando o seu modo de viver, e o desejo de permanecerem na terra onde nasceram. João Venâncio acrescenta que

o povo Tremembé é um povo lutador, um povo forte, de origem, né? Um povo guerreiro, não só de agora, porque isso vem das suas originalidades, porque foram nascidos e criados aqui. Meus ancião desde os antepassados, "escanchavô", bisavô, tataravô, avô, avó, pai e mãe, então são um povo guerreiro e os mais novos de hoje estão aprendendo a lutar com os guerreiros de luta que se passaram por aqui. (João Venâncio, abril de 2011).

A terra onde se localizam também comunidades Tremembé tem suas potencialidades; todavia, estes grupos indígenas ainda se sentem desprotegidos e desprovidos de alguns elementos que facilitariam sua existência e a propagação da sua cultura étnica, aqui retratada. Assim, fatores como: economia, saúde, educação, segurança, ação social, meio ambiente, lazer e cultura condizem com as necessidades básicas e vitais para qualquer organização social.

Nesse íterim, os conflitos sociais existentes estão inseridos entre tais grupos indígenas que convivem de forma conflituosa com os "não índios". Os principais conflitos existentes, identificados e citados se referem principalmente a problemas quanto à demarcação da terra, descri-

minação à etnia, falta de incentivo à cultura indígena, problemas ambientais, como o desmatamento do mangue, ameaças de extinção de espécies, causadas pela pesca predatória das grandes embarcações, edificações sobre dunas, causando degradação da natureza. Mesmo com tantos conflitos existem também muitas conquistas, dentre elas o fato de conviverem harmonicamente com o ambiente, próximo à praia, de onde retiram parte de seu sustento, representa além do sustento, e de onde "alimentam-se" espiritualmente.

Porém, há alguns fatos que marcam de forma negativa a tribo indígena de Almofala. Assim, de acordo com o cacique da tribo,

O que mais me marca de forma negativa, hoje, são a discriminação e a rejeição, as críticas e perseguições que a gente sofre daqueles que não se assumem como índios, então esse é um dos contextos maior que nós sofremos aqui. (João Venâncio, abril de 2011).

Todavia, percebeu-se a harmonia entre os indígenas com o meio ambiente retratado na escola. As salas de aula são enfeitadas com desenhos feitos por crianças e jovens, enquanto as gravuras expostas nas paredes retratam os acontecimentos dos seus dia a dia, predominando as cores verde e azul representando algum recurso natural do seu convívio. Além dos desenhos, outras imagens chamam atenção, os barquinhos feitos a mão, os utensílios de argila, enfim toda a diversidade de artes feitas pelos alunos.

Ainda com relação ao âmbito educacional, no decorrer da pesquisa ficou evidenciado através da análise de vivências que a escola Maria Venâncio possui ações para trabalhar a cultura indígena. De um modo geral os professores incluem nos conteúdos elementos da cultura Tremembé, com o propósito de resgatar a sua memória e a identidade, contribuindo com a construção da formação das crianças e jovens Tremembé, sendo demonstrado o interesse em propagar a cultura indígena:

[...] Bom, assim, a gente pesquisa as pessoas mais velhas da nossa aldeia que já têm uma consciência maior do que a gente tem, né? Então a gente vai pesquisar eles como era que se fazia antigamente, negócio de cultura, pescava no mar, essas coisas, aí a gente traz pra dentro da sala de aula. A gente faz cartilhas, histórias do povo de antigamente, as nossas lutas e assim por diante. (Professor da Escola Indígena Diferenciada, abril de 2011).

Os pequenos índios respeitam e vivem essa cultura e não há anseios por deixarem a cultura indígena para viver uma cultura não indígena. Destacam que gostam muito de estudar na escola indígena, enfatizando as brincadeiras, os costumes e os jogos populares praticados pelos indígenas, mantendo viva a cultura deixada por seus antecessores. As culturas são construídas pelos grupos sociais ao longo de suas histórias, nas suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, entre outros. A diferença entre as culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social. Assim, para os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (2002, p. 31), “[...] As diferenças entre o homem e o animal não são apenas de grau, pois, enquanto o animal permanece mergulhado na natureza, o homem é capaz de transformá-la, tornando possível à cultura”.

Essas transformações providas do modo de produção capitalista excedem os limites da natureza, em um ciclo repetitivo, visto que as perspectivas ambientais parecem não satisfazer os homens considerados modernos.

Refletir sobre a questão ambiental torna-se um grande desafio para a sociedade capitalista, que nos últimos tempos vem sendo marcada por problemas de ordens econômica, política, social e ambiental. (OLIVEIRA, 2010). A preocupação ambiental tem suas bases enraizadas no incessante abuso e consumismo exacerbado, intitulados pelo atual modelo capitalista, representando um tema emergente e instigante, nos levando a repensar o modo de vida e o nosso compromisso com a natureza. Bernardes (2003, p. 17) contribui ao dizer que

[...] o crescimento econômico não tinha limites e que o desenvolvimento significava dominar a natureza e os homens. [...] Neste início do século o mundo vem passando por um importante processo de reorganização, a questão ambiental tenta resgatar sua essência frente às relações sociedade/natureza.

Os povos indígenas são reconhecidos, historicamente, por utilizarem a terra de forma ponderada, não colocando em risco os recursos naturais encontrados ao seu redor. Para tanto, a sobrevivência dos indígenas Tremembé, como de todos os outros seres vivos, está integrada ao meio natural, quer seja na obtenção de alimentos, bebidas ou proteção contra doenças, de forma que os povos não se desprendam da natureza, configurando-se na ação e intervenção humana sobre o meio. Assim, questiona-se porque

[...] a sociedade precisa realmente consumir tantos recursos naturais. [...] os seres humanos fazem parte do ambiente natural e, quanto mais biodiversidade, melhor para todos. [...] a consciência individual também são fatores importantes para atingir o equilíbrio ecológico. (BERNARDES, 2003, p. 33).

Assim, cada sociedade, representada por seus povos, tem sua forma de usufruir e articular os recursos naturais, sendo os rompantes do capitalismo mais aguçados, responsáveis em desarmonizar o que de fato configura-se como produtos naturais de fonte não renováveis, como por exemplo o caso da escassez da água potável e a necessidade de políticas públicas urgentes que deliberem sobre a realidade dos recursos hídricos.

Na perspectiva do saber viver, as comunidades indígenas caracterizam-se por apresentar um comportamento ímpar frente às questões naturais. Tais relações são repassadas dentro da comunidade, construídas ao longo dos tempos, diante do modo simples de viver, da estima a símbolos e rituais associados à pesca, à caça e à colheitas das frutas, reafirmando sua aproximação com os aspectos naturais. No entanto, a degradação dos ecossistemas, provocada pela exploração excessiva e inadequada dos recursos naturais, vem provocando uma acelerada diminuição das espécies nativas da região. Isto pode ser exemplificado pela atividade pesqueira, quando as espécies marinhas antes eram encontradas com mais facilidade, quando se utilizavam embarcações pequenas e frágeis, realidade dos indígenas Tremembé. Atualmente, as embarcações de grande porte adentram o mar, perdurando por longos dias, deixando os pescadores artesanais (índios, por exemplo) sem a mesma chance de competição.

O mar, o rio e a terra simbolizam um campo cultural para os indígenas, representando as relações entre a sociedade e natureza. Os aspectos produtivos estão estreitamente ligados à forma como os indígenas estabelecem sua relação com os elementos naturais, como o mar, do qual retiram boa parte de seu sustento. Dessa forma, compreende-se que

[...] a apropriação do mar e de seus recursos implica a detenção de todo um código do saber fazer que se constrói e se ritualiza no mar, através da tradição, aprendizagem, experiência, intuição. Isso quer dizer que a apropriação desse espaço é, simultaneamente, um ato produtivo e cultural. (CUNHA, 1989, p. 23).

Essa cultura se mistura aos fatores ambientais, com o cuidado da natureza expresso por meio dos manejos com a terra, praticando atividades de subsistência, e mesmo mantendo relações de venda com o mercado, só vedem o excedente; do uso da água, protegendo os corpos hídricos, mesmo incluídos no modo de produção capitalista. Essas relações contrastam com o elevado nível de poluição provocada pelos barcos de pesca, ameaça de extinção de espécies com a pesca predatória da lagosta e outros crustáceos em larga escala, o desmatamento e aterramento dos manguezais e a implantação de fazendas de camarões, constituindo verdadeiras ameaças ao ecossistema, ameaçando a fauna e flora.

Essas alterações prejudicam a sobrevivência dos agricultores e indígenas, que vivem da pesca artesanal, da agricultura de subsistência, com produção de milho, feijão, mandioca e hortaliças, plantas medicinais para o consumo próprio; da criação de animais de pequeno porte, como porcos e de aves (galinhas, capotes); da coleta de camarão e caranguejos dos mangues, da coleta

de cocos e cajus, principalmente para a produção do mocojó, bebida utilizada em momentos festivos, como também usado na dança do Torém; no artesanato, para fabricação de pulseiras, brincos, colares, feitos de sementes e búzios, anéis de quenga de coco; utensílios domésticos confeccionados de barro e pintados expressando a singularidade do artesanato indígena.

No sentido antropológico, afirma-se que todo e qualquer indivíduo nasce no contexto de uma cultura e, ao longo de sua vida, ajuda a produzi-la. Assim, não existe homem sem cultura, mesmo que não seja alfabetizado. A cultura é transportada pelo homem para dentro do contexto escolar. Questionada, valorizada e normatizada a diversidade cultural com a lei n.º 1.465/2008, que aborda a inclusão dos conteúdos de história e cultura indígena nas escolas de ensino fundamental e médio. Portanto, a escola, enquanto instituição social voltada para a formação de sujeitos sociais, afirme compromissos com a cidadania, coloque em análise suas relações, suas práticas, as afirmações e os valores que veicula como possibilidade de compreender a relação existente entre a cultura e a educação, uma entrelaçada à outra, para que não se perca a identidade do "ser" que se forma ou está em formação.

As formas vivas e comunitárias de ensinar e aprender existem e se perpetuam. Percebe-se, assim, que no interior dos contextos sociais coletivos de formação do adulto, o processo de aquisição pessoal de crenças e hábitos de uma cultura funciona sobre educandos como uma situação necessária. Compreende-se, desse modo, que a cultura revela-se como uma possibilidade de construção de vínculos entre os sujeitos, possibilitando uma rica experiência de aprendizagem e construção crítica de saberes histórico-culturais que oportuniza a todos os sujeitos envolvidos (indígenas e agricultores) a troca de experiências, informações e conhecimentos, contribuindo para aproximação entre culturas, que apesar de diversas e singulares, possuem vários pontos em comum, construídos gradativamente durante o processo de construção histórica realizada pelos indivíduos de Itarema.

O contexto cultural em que as crianças, adolescentes e adultos nascem e são formados contribui significativamente para os valores, crenças e hábitos que esses indivíduos irão construir e propagar ao longo de sua existência. Nesse sentido, na comunidade indígena Tremembé as crianças e adolescentes são, desde cedo, envolvidas nas tradições das comunidades.

É possível reconhecer que a ancestralidade indígena favorece e contribui para que os indivíduos que compõem a comunidade Tremembé de Itarema estejam envolvidos com a sua história construída e repassadas às gerações, por meio dos seus valores, costumes e hábitos, sedimentando tradições seculares.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo possibilitou mais uma reflexão sobre questões seculares e presentes no processo de organização e reorganização territorial ao longo dos tempos, a partir da realidade indígena Tremembé. Inicialmente identificou-se a identidade com o lugar, fator preponderante para reforçar a luta pela posse da terra. Evidenciou-se que as disputas territoriais são reforçadas por diversos vetores, dentre eles o interesse em manter-se nas terras deixadas por seus antepassados. Nesse contexto, os conflitos se mantêm em decorrência da exploração da pesca em larga escala, principalmente da lagosta, uso exacerbado da terra, principalmente para plantios de coqueiro, pela especulação imobiliária e turismo, causando uma exploração excessiva dos recursos naturais, que não condiz com o modo de vida indígena, bem como pelas divergências culturais estabelecidas entre índios e latifundiários.

Fica evidente que os índios Tremembé têm uma estreita relação com os recursos naturais. Concluiu-se tal fato a partir da menção que os índios fazem a esses recursos. De modo ímpar eles descrevem a sua relação com o mar, o rio, a terra e as plantas medicinais.

A relação de sobrevivência dos Tremembé está indissociável das questões naturais, e mais ainda, pode-se enfatizar que o ato de conservação e preservação dos ecossistemas faz parte da sua cultura, objetivando repassar aos seus descendentes o território com sua natureza.

Finalizando, considera-se que as representações indígenas dos povos Tremembé ainda sobrevivem, cercado por praias, dunas, manguezais e vegetação. Os conflitos permanecem

causados principalmente pelo uso da terra, enquanto a demarcação das mesmas torne-se um fato histórico-geográfico real.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Raimundo Batista. **Índios do Ceará & Topônimos Indígenas**. São Paulo: Barraca do Escritor Cearense, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S.B da; GUERRA, A. J. T (Orgs). **A questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003. p. 17-42.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - pluralidade cultural, orientação sexual**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1997. 164 p.

BRASIL .Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei nº. 9.394/96). **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27.941-27.841, de 23/12.

BRASIL .**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico (promulgada em 05/10/1988),1988.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. **Estatística e Geografia**. Disponível em : <<http://www.ipece.ce.gov.br/estatistica/tematicos/>>.

HAESBAERT, Rogério. **Des-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87- 120.

HAESBAERT, Rogério. 2005. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2005. p. 6774-6792.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografia econômica: La lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, S.A, 1997.

OLIVEIRA, Marize Luciano Vital Monteiro de. **Águas do Ceará – Política Pública de Territorialidades Conflituosas**. 2002. Tese (doutorado em geografia) - Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2010.

PINHEIRO. Francisco José. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova História do Ceará**. 2. ed. rev. e atual. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. p. 17-55.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Índios Tremembé. **Rev. do Inst. do Ceará**. v. 65. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1951.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA/Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. **Plano Diretor Participativo**, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOJA, Edward W. A. **Geografias Pós-Modernas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1993. 324 p.

SOUZA, Maria Bruhilda Telles de. 1983. **Mitos e símbolos na migração praiana "o caso de Almofala"**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará.

STUDART FILHO, Carlos 1963 Os aborígenes do Ceará, II parte, Notícias Históricas. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, v. 77, Fortaleza, Instituto do Ceará.

SERAINÉ, Florival. Sobre o Torém (dança de procedência indígena). In: **Revista do Instituto do Ceará** (ANO XCI Tomo XCI). Fortaleza, Instituto do Ceará, 1955, p. 72-87.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Torém/Toré: tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará contemporâneo. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo (org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2005.